

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS

LEI DE Nº 997, DE 15 DE MARÇO DE 2022.

Dispõe sobre a criação do novo Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRATEÚS - ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CRATEÚS APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o novo Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM, como órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil vinculado à Secretaria de Turismo Juventude Mulher e Trabalho.

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM – tem por finalidade possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ações voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Município de Crateús Ce.

Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM – possui as seguintes atribuições:

I – Desenvolver estudos, projetos, seminários e congressos, com o objetivo de combater as discriminações e ampliar os direitos da mulher na busca da verdadeira cidadania;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS

II – Promover a política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;

III – avaliar, propor, discutir e participar da formulação e fiscalização de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das mulheres, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos, a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Município de Crateús Ce;

IV – Propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, por meio da elaboração do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;

V – Acompanhar a elaboração e a avaliação da proposta orçamentária do Município, indicando as prioridades, propostas e modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como para o adequado funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres;

VI – Elaborar e apresentar, anualmente, á Secretaria de Políticas para as Mulheres / a qual o CMDM esteja vinculado, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando-lhe ampla divulgação, de forma a prestar contas de suas atividades à sociedade;

VII – propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos diretamente ligados à promoção e proteção dos direitos das mulheres;

VIII – oferecer subsídios para a elaboração de legislação atinente aos interesses das mulheres, bem como se manifestar sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações nos direitos das mulheres;

XIX – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;

X – Articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, estaduais, nacionais e internacionais, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos das mulheres;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS

XI – analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres;

XII – promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XIII – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre matérias que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres, que lhe sejam submetidas;

XIV – elaborar o Regimento Interno do CMDM e participar da elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas dos Direitos das Mulheres em consonância com as conclusões das Conferências Municipal, Estadual e Nacional, e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;

XV – Organizar em conjunto com as secretarias de Políticas para as Mulheres / outras secretarias à qual o CMDM esteja vinculado as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres – CPM.

Capítulo II

Da Estrutura organizacional

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM – será composto por integrantes titulares e suplentes, sendo formado por 12(doze) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, assim distribuídos, respeitando a paridade entre governo e sociedade.

Art. 5º - A representação do Poder Público será composta da seguinte forma:

I – 01(uma) titular e uma suplente da Secretaria de Turismo, Juventude Mulher e Trabalho.

II – 01 (uma) titular e uma suplente da Secretaria de Assistência Social.

III – 01 (uma) titular e uma suplente da Secretaria de Saúde.

IV – 01 (uma) titular e uma suplente da Secretaria de Educação.

V - 01 (uma) titular e uma suplente da Secretaria de Negócios Rurais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS

VI - 01 (uma) titular e uma suplente da Secretaria de Empreendedorismo.

Art. 6º - A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por representantes titulares e respectivas suplentes das instâncias não governamentais, legalmente constituídas e em funcionamento (há mais de dois anos) no âmbito do Município, ligadas à promoção e à proteção dos direitos das mulheres e de movimentos que participam de ações e das lutas em defesa dos direitos das mulheres, bem como Representantes Sindicais, Movimentos Negros, Pessoas com Deficiências, movimentos LGBTQI+, Indígenas, Quilombolas, Associações, Instituições, Religiosas e Outros.

Art. 7º - As representações da sociedade civil, Entidades e organizações serão escolhidos/eleição em fórum especialmente convocada para esse fim.

Art. 8 - Serão convidadas a participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, com direito a voz, sem direito a voto:

I – Representante do Ministério Público do Estado do Ceará – MPCE;

II– Representante da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGCE.

Art. 9º - O Presidente e o Vice-Presidente do CMDM serão escolhidos pelo Plenário por votação direta e aberta.

Art. 10º - A indicação do Secretário Executivo deve ser feita pelo Prefeito.

Art. 11º - O CMDM fica assim organizado:

I – Plenário;

II – Presidência;

III –Vice-Presidência;

IV– Secretaria Executiva.

Parágrafo único. O detalhamento da organização do CMDM será objeto do respectivo Regimento Interno.

Art. 12º - O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM – poderá convidar para participar de suas reuniões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS

entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da reunião e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

§ 1º As entidades só poderão inscrever representação no processo eleitoral se tiverem no mínimo, comprovadamente, dois anos de existência devidamente registrada em cartório e com reconhecido trabalho em prol dos direitos das mulheres.

§ 2º As representantes do movimento de mulheres só poderão se inscrever no processo eleitoral se, comprovadamente, tiverem trabalhos voltados a ações pelos direitos das mulheres e comprovada participação das ações promovidas pelo Município de Crateús, através da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres.

Das Disposições Gerais

Art. 13º - Caberá ao Poder Público a indicação da composição governamental as representantes de titulares e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Comissão Eleitoral.

Art. 14º - O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM – reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de sua presidenta ou a requerimento da maioria das Conselheiras.

Art. 15º - O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM – deverá ser elaborado após o processo de eleição do Conselho.

Art. 16º - O mandato das Conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM – será de dois anos, permitida apenas uma única recondução.

Art. 17º - O desempenho da função das Conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM – não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, mas será considerado serviço relevante de interesse público, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 18º - A Secretaria Municipal de Turismo, Juventude Mulher e Trabalho, prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS

Art. 19º - O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM – deverá ser instalado em local destinado pelo Município, incumbindo à Secretaria Municipal de Governo a adotar providências para tanto.

Art. 20º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a lei Nº 633/2007, 19 de Abril de 2007, e demais disposições em contrário.

PAÇO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS, em quinze de março de dois mil e vinte e dois.

CRATEUS-CE, 15 DE MARÇO DE 2022



Marcelo Ferreira Machado
PREFEITO DE CRATEÚS-CE